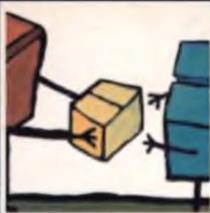


40
anos
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Profª. Drª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Belª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, Nº 78

Ed. OK, 2º andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

| | | |
|-------------|---|-----|
| 5 de junho | A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA | |
| | Armando Mendes | 275 |
| | Maria Adélia de Souza | 283 |
| | Eduardo Suplicy | 295 |
| | Cristina Mac Dowell | 307 |
| | Marcos Formiga | 321 |
| 19 de junho | MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA | |
| | Washington Novaes | 351 |
| | Marina Silva | 361 |
| | Edna Ramos Castro | 371 |
| | Marcel Burstyn | 379 |
| 3 de julho | REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS | |
| | Ricardo Varsano | 391 |
| | Wilson Cano | 405 |
| | Vinícius Carvalho Pinheiro | 433 |
| | José Geraldo | 447 |
| 17 de julho | A UNIVERSIDADE BRASILEIRA | |
| | Helgio Trindade | 459 |
| | Edson Franco | 475 |
| | Jacques Velloso | 485 |
| | Lauro Morhy | 499 |



Saúde e saneamento básico

Sergio Arouca

Marcos Helano Montenegro

Sebastião Viana

Pedro Tauil

10 de abril

A Pesquisa sobre Saneamento do IBGE e a Grande Dívida Social no Brasil

Sebastião Viana

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há poucas semanas, apresentou o resultado do levantamento nacional sobre os indicadores de saneamento básico. O resultado não é auspicioso, registra-se pequena melhora dos índices ali expressos quando comparados àqueles dos idos de 1989.

Segundo o Instituto, nesse período o volume de água tratada distribuída cresceu em 52,5%; o volume distribuído aos domicílios e sem tratamento aumentou em 191,3 %, passando de 3,2% para 7,2% do montante. Na Região Norte, o problema é muito significativo pois o percentual de domicílios que recebem água sem tratamento é de 32,4%. Cabe registrar que o IBGE não diferencia, em sua análise, quem são os beneficiados e quem são os excluídos da política de saneamento, dificultando a apreensão crítica de dados que informam, como por exemplo, que quase todos os municípios brasileiros oferecem água tratada (97,9%) e recolhem lixo doméstico (99,4%). É necessário que se realce que do total dos municípios brasileiros a cobertura do serviço de água

Sebastião Viana é Senador da República pelo PT-AC, período de 1999 a 2007. Médico, especializado em doenças infecciosas e parasitárias. É um dos autores do projeto que estabelece novas regras para área da reprodução assistida. Faz doutorado na Universidade de Brasília (UnB).

é de apenas 63,9%. Quando se analisam esses dados por região verifica-se uma enorme disparidade: na região sul a proporção dos municípios atendidos é de 70,5%, na região nordeste é de 52,9% e na região norte sequer atende metade dos domicílios ficando em apenas 44,3%.

No Brasil a produção diária de lixo é de 125.281 toneladas, dessas 70% são jogadas a céu aberto, além dos 14,5 milhões de metros cúbicos de esgoto que têm igual destino.

O fato é que os recursos públicos para investimento nessa área foram praticamente suspensos. As empresas estaduais e municipais foram vitimadas por cortes orçamentários, corrupção, além da indiferença de muitos gestores, o que redundou na falência quase absoluta do já precário sistema de saneamento básico brasileiro.

É admirável saber que a consciência da importância de ações públicas na área de saneamento é tão antiga que em 313 A.C. inaugurou-se o aqueduto Apia, na Roma antiga, e no ano 90, depois de Cristo, Sextus Julios Frontinus, administrador dos recursos hídricos de Roma, já afirmava: *“a água esta relacionada não só com a salubridade da população, mas com a própria segurança das cidades.”* (in: *Águas da Cidade de Roma, Sextus Julius Frontinus*, Ed. CETESB). Essa noção, atemporalmente pertinente, foi retomada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que, ainda, expandiu-lhe o alcance ao afirmar que *“saneamento ambiental é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeito prejudicial ao seu bem estar físico, mental ou social”*.

Esse mesmo organismo aponta para a trágica estatística de 3,4 milhões de mortes todos os anos no planeta em função da falta de fornecimento regular de água tratada, asseverando que *“para cada 1 real investido em saneamento, estaremos diante de uma economia de 5 reais em saúde.”*

Estima-se que 25 % de todas as internações hospitalares têm íntima vinculação com a qualidade dos serviços de saneamento. Somente o Sistema Único de Saúde acolheu 888 mil pacientes internados durante o ano de 2001 por motivos etiológicos vinculadas à crise de saneamento. No cenário global a sombria projeção epidemiológica persiste. Estima-se que 20 milhões de crianças perderão suas vidas nessa década pelas mesmas razões.

No que diz respeito à coleta de esgoto, verificou-se um tímido crescimento da ordem de 4,9%, ou seja, em 1989 o percentual era de 47,3 % e, agora, são coletados 52,2 %. A situação é ainda mais delicada se considerarmos que desse percentual somente 35% são devidamente tratados, que o Rio de Janeiro trata somente 50 % e que diversas capitais, como São Paulo, Rio Branco e São Luís, não dispensam a esses dejetos nenhum tipo de tratamento.

O Governo Federal, ao anunciar na década de 70 a criação do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), fixou a meta de estender os serviços de esgoto, no prazo de dez anos, a pelo menos dois terços da população brasileira.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento era uma das competências do Sistema Único de Saúde (SUS). Naquele momento foram criadas as condições para a integração das áreas de saneamento e saúde. Vislumbrava-se um horizonte favorável à chamada “Reforma Sanitária”.

Compreendendo como funções básicas da administração pública no campo sanitário: 1) abastecimento e distribuição de água; 2) eliminação e tratamento das águas servidas (esgotos); 3) coleta e destino final de lixo; 4) drenagem pluvial e urbana; 5) controle de doenças de vetores, o Parlamento Brasileiro, aprovou em 1994, o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 199, de 1993, de autoria da Deputada Irma Passoni, que disciplinava a matéria.

Lamentavelmente, no dia 4 de janeiro de 1995, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso encaminhou ao Congresso Nacional a Mensagem Presidencial nº 107 comunicando seu veto integral ao projeto que *“dispõe sobre a Política Nacional de Saneamento, seus instrumentos e dá outras providências”*.

Inequivocamente, as razões do veto foram pautadas pelo enfoque econômico. A justificativa apoiava-se em três argumentos: a) *“saneamento é atribuição do governo local, cabendo à União instituir as diretrizes para o saneamento básico; b) a criação do Sistema Nacional de Saneamento, do Conselho Nacional de Saneamento e sua Secretaria Executiva, a instituição de planos quinquenais e a exigência de elaboração de relatórios anuais sobre a situação de salubridade ambiental no Brasil contribuirão não só para burocratizar, como para onerar a ação governamental no setor; c) a constituição do FUSAN, por sua vez, apresenta inconvenientes tais como: 1 – possibilidade de transferir indiretamente à União gastos próprios de estados e municípios; 2 – dificuldades operacionais na administração do Fundo, vez que o projeto de lei prevê recursos orçamentários de diferentes esferas (federal, estadual e municipal); 3 – conflito de objetivos com o FGTS e a Seguridade Social, que têm políticas e administrações próprias.”*

O veto presidencial na verdade era de outra ordem. O objetivo não declarado, mas embutido nessa decisão do governo, foi, desde o início, criar um cenário favorável ao processo de privatização do setor, de acordo com o projeto neoliberal adotado. Como corolário dessa ação governamental começou a tramitar no Senado Federal o Projeto de Lei nº 266, de 1.996, de autoria do senador José Serra, que *“estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente e para o inter-relacionamento entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios em matéria de serviços*

públicos de saneamento, e dá outras providências.” Entretanto, passados tantos anos, a matéria até hoje não finalizou a sua tramitação na Casa, certamente pela dificuldade de serem aceitas as posições ali defendidas.

No ano de 2000, os Deputados Sérgio Novais e Maria do Carmo Lara apresentaram, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei de nº 2.763 que *“dispõe sobre a Política Nacional de Saneamento, seus instrumentos e dá outras providências”*, reconhecendo ser a cópia fiel daquele outrora apresentado pela Deputada Irma Passoni. Disseram eles: *“é a representação de importante proposição que tramitou há alguns anos no Legislativo e acabou sendo vetada pelo Poder Executivo”*.

No ano seguinte o Poder Executivo apresenta o Projeto de Lei 4.147 que *“institui diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.”* Em síntese o projeto do governo propõe que o *“Estado deixe a função executora dos serviços de saneamento passando a ser controlador / fiscalizador dos serviços prestados pela iniciativa privada”*, ação prevista para ser executada pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Confirmavam-se, assim, as reais razões do veto presidencial aposto ao PLC 199, de 1993, em um dos primeiros atos do governo de Fernando Henrique Cardoso: a prioridade era o projeto liberal.

Na análise das políticas de saneamento dos países da Comunidade Européia apenas na França e no Reino Unido há prevalência da iniciativa privada na distribuição de água. Na Espanha aproxima-se dos 20%, enquanto na Bélgica, Dinamarca, Grécia, Luxemburgo, Áustria, Portugal e Suécia, esta participação não ultrapassa a 10%.

O governo esquiva-se de partilhar com a sociedade brasileira a enorme dívida que tem quanto ao setor de infra-estrutura, em

especial com saneamento básico. O viés privatizante adotado na formulação dessa política não é compatível com uma população que espera tanto dos seus governantes.

Enquanto estivermos sob a lógica do lucro, a nossa ânsia de mudança dos indicadores sociais não encontrará eco na iniciativa privada. Os diversos exemplos de privatização do setor têm redundado em desvios de função, corrupção ou concessões desvantajosas. As grandes empresas do setor sabem tratar-se de uma área onde vigora o princípio da economia de escala, ou seja, dada a pequena margem de lucro faz-se imperativo o amplo alcance da prestação de serviço. Desse modo, o risco do investimento não se justificaria em outras áreas que não as de grandes concentrações urbanas, quando é sabido que as maiores necessidades não se encontram aí. Segundo muitos analistas econômicos, cidades com mais de 50.000 habitantes seriam atrativas, mas essas correspondem apenas a 316 centros urbanos dos mais de 5.000 municípios brasileiros. No Brasil só 13 cidades têm população com mais de 1 milhão de habitantes.

Enfim, não será com investimentos como os que figuram no Sistema de Informação da Administração Federal (SIAF) – durante o ano de 1.999 foram alocados recursos para o sistema de coleta e tratamento dos resíduos sólidos da ordem de R\$12.010.672,00, empenhados R\$7.076.105,00 mas pagos efetivamente somente R\$596.548,00 – que a população brasileira será atendida.

Melhor seria que o Governo Federal tivesse cumprido as suas próprias promessas – investir até 2010 um total de quarenta e quatro bilhões de reais, o que significaria aplicar 0,4% do PIB ao ano. Nas suas próprias estimativas estes recursos seriam suficientes para que, naquela data, todos os domicílios brasileiros fossem contemplados com saneamento básico – esgoto pluvial e sanitário, água tratada e distribuída, lixo recolhido e reciclado. Entretanto,

a realidade é outra. O Governo está aplicando menos de 0,25% do PIB ao ano.

Em se mantendo inalteradas as bases sobre as quais se desenvolve a atual política de saneamento no Brasil, não restam dúvidas que a dívida social neste setor perdurará até 2020.

A minha sensibilidade social e a minha responsabilidade de homem público me impõem dizer que os nossos gestores públicos atuais, na sua maioria, não possuem o diagnóstico de que para realizar uma verdadeira reforma sanitária são imperativos não só a aplicação mínima de recursos mas também um suporte democrático para ações assentadas nos princípios de educação, mobilização e informação.

É necessário que as autoridades públicas que detêm a responsabilidade de definir e executar as ações na área do saneamento básico tenham a compreensão que uma cidade deve ser, antes de tudo, o habitat digno do ser humano social. Tenho a esperança que o Estatuto da Cidade, recém aprovado pelo Congresso Nacional contamine os gestores públicos com esta consciência. Portanto, a resposta para a enorme dívida social no setor chama-se reforma sanitária urgente.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* "é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil". É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy